

Noticias do Algarve

SEMÁRIO REGIONALISTA

EDITOR E PROPRIETÁRIO — Armando Rocha Cruz

DIRECTOR — JOÃO ADELINO DIAS PENA

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO — RUA PINHEIRO CHAGAS, 21 — TELEFONE 59
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

ANO III — N.º 148 — Domingo, 8 de Abril de 1956

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO — TIPOGRAFIA SOCORRO
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

TIPOGRAFIA SOCORRO

FÁBRICA DE CARIMBOS

PREMIADA COM O DIPLOMA DE MÉRITO

AS OFICINAS GRÁFICAS PREFERIDAS

PELAS PRINCIPAIS FIRMAS DO PAÍS

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Telefone 59 Apartado 3

AVENÇA

A SEGUNDA EXPEDIÇÃO A ÁFRICA

E O SUPLÍCIO DO INFANTE D. FERNANDO Pelo MAJOR SOUSA NUNES

ERA D. Fernando filho mais novo de D. João I, nascido em Santarém, no ano de 1402. A gravidade do seu modo, a sua inteligência fina e perspicaz, faziam dele um príncipe modelo.

Eram limitados os seus rendimentos, possuindo apenas as vilas de Salvaterra e da Atouguia. Pouco o incomodava isso e só se lamentava de não ter podido tomar parte, pela sua extrema juventude, na expedição de Ceuta.

Sentia-se envergonhado por não ter adquirido, como seus irmãos mais velhos, em tão ardorosas batalhas, as esporas de ouro de cavaleiro.

Agora contava 35 para 34 anos e encontrando-se o rei D. Duarte

em Almeirim, foi ter com ele e pediu-lhe licença de ir procurar fortuna e honras nalguma corte estrangeira, escolhendo a de Inglaterra, justamente quando esta perdia, com a França, a Guerra dos Cem Anos, e ia começar a Guerra das Duas Rosas, em que o seu tão fraco quanto bondoso primo, o rei Henrique VI, perdeu toda a sua fortuna, a mulher, o filho e a vida!

Ficou o rei D. Duarte muito sentido com a inesperada resolução do infante e, de ânimo pouco enérgico, incapaz de impor as suas vontades a alguém, viu-se em transe doloroso para negar ao irmão a licença pedida.

Escreveu para Lagos a D. Henrique, pedindo-lhe que viesse a Lisboa e procurasse dissuadir D. Fernando do seu desígnio.

Isto aconteceu pouco depois de Gil Eanes dobrar o Cabo Bojador e ser armado cavaleiro, e quando

(CONCLUÍ NA 4.ª PAGINA)

Contos Gotas

Por MARIA MANUELA NUNES

Inteligência

Tenho andado, ultimamente, muito interessada no problema dos «tests» infantis para medição da inteligência. Comprei o livro de Terman e o de Binet-Simon. Os resultados a que cheguei levaram-me a interessantes conclusões, a que, talvez, um dia dê publicidade.

Para já, conviria sublinhar que a palavra «inteligência» não mantém o mesmo significado quando se passa de um adulto para uma criança. Esta ideia encontra-se em mim um pouco confusa ainda, por quantidade insuficiente de dados concretos. Mas vou dar um exemplo. Para Binet-Simon o poder de demarcar a fronteira entre o real e o absurdo, o normal e o extravagante, constitui uma pedra de toque de avaliação da inteligência. Se-lo-á para um adulto.

A verdade, porém, é que para uma criança essa fronteira se esfuma: a passagem do real para o maravilhoso, e vice-versa, processa-se normalmente sem choque. Sabe-se como a criança se irrita quando um adulto lhe afiança que certas coisas em que ela acredita são bobagens. Nessas alturas, que estúpido deve um adulto parecer a uma criança!

Eu, a Francine e o burro

A Francine. Queridinha. Um nadinha de gente para um mundo de sonho, de imaginação, de beleza.

— Está certo, Francine, agora não te conto uma história. Agora tu vais estar quietinha e vamos fazer um jogo.

— As cinco pedrinhas?

— Não as cinco pedrinhas. Outro. Assim: eu digo uma frase, conto uma história, e tu no fim pensas um bocadinho e dizes se aquilo que eu contei pode ser ou não. Está bem?

— Estava bem. E então, contei o seguinte caso: um homem precisou de fazer uma viagem. Montou no burro e lá foi. Tinha chovido toda a noite. A meio do caminho, o burro volta-se para o homem e diz-lhe assim: «Tenho muita pena mas não posso ir por diante, por causa da lama».

Francine silenciou.

— Pode ser ou não? — Institi. Que sim, que podia muito bem ser.

— Como é que pode ser? — Voltou eu, interessada.

Francine pôs nos meus seus grandes olhos e retorquiu, numa voz decidida:

— Acho que um burro pode andar perfeitamente na lama. Binet-Simon estão errados. Não vou dar, por esta resposta, pontuação negativa à Francine. Para ela, os animais falam. Tudo no mundo fala para ela, as bonecas, os animais, as cousas.

Não. Não vou dar pontuação negativa à Francine. É a mim que a vou dar.

(CONCLUÍ NA 2.ª PAGINA)

A CASA DO ALGARVE

apresentou cumprimentos

ao Secretário Nacional da Informação

UMA representação constituída pelos presidentes e vice-presidentes dos corpos gerentes e consultivos da Casa do Algarve, srs. dr. Amadeu Ferreira d'Almeida e eng. José António Madeira, majores Mateus Moreno e Nascimento Moura, drs. Quirino dos Santos Mealha Sousa Carrusca e Garcia Domingues, coronel Carlos Ludgero Antunes Cabrita, A. Libânio Correia, Hermenegildo Neves Franco, José Raul da Graça Mira, maestro Pavia de Magalhães e Arnaldo Martins de Brito, foi recebida pelo sr. Secretário Nacional da Informação, a quem apresentou os cumprimentos da colectividade e algumas aspirações da província que a mesma representa em Lisboa.

Usaram da palavra os srs. major Mateus Moreno, Neves Franco e Libânio Correia, presidentes, respectivamente, da Direcção e da Comissão de Turismo e Propaganda, e vogal do Conselho Superior Regional da Casa do Algarve, tendo o sr. dr. Eduardo Brasão agradecido, muito sensibilizado, as palavras de apreço que lhe foram dirigidas e prometido o maior interesse do departamento que dirige pela oportuna solução dos problemas focados, entre os quais se salientaram os da construção de uma Pousada em Sagres — que afirmou já estar assegurada — e do Aeroporto de Faro.

NOMEAÇÃO

Para o cargo de vice-presidente da Junta Nacional das Frutas foi nomeado o nosso prezado conterrâneo, sr. engenheiro-agrônomo João Le Cocq Abecasis.

SR. MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS

manifestou o seu apreço pelos governadores civis e presidentes das câmaras que secundam a tarefa do seu ministério

JÁ a Imprensa diária deu o merecido relevo ao facto — a homenagem que os altos funcionários do Ministério das

Obras Públicas prestaram ao seu ministro pelo segundo aniversário da posse do cargo que tanto tem prestigiado. Isso não impede que «Notícias do Algarve» arquivem nas suas colunas algumas das afirmações produzidas, não só para se associar a essa justa homenagem como também para levar um eco dela aos algarvios sotaventinos dispersos por esse mundo e que estão ao par da vida da nossa província através do noticiário do nosso jornal.

Em nome dos funcionários, falou o sr. general D. Luís da Costa de Macedo (Mesquitela), secretário-geral do Ministério que, entre outras, produziu as seguintes afirmações:

«Muito vultoso e importante é já o trabalho realizado nos dois anos de chefia de V. Ex.ª — é o País que o afirma, como primeiro usufruidor desse trabalho — mas muito há ainda que fazer.

«Ingente é a tarefa, mas todos sabemos que para a realizar há bom timoneiro; por nossa parte não esmorecemos e não nos falta a vontade firme de o acompanhar e de com ele — com V. Ex.ª — prosseguirmos a obra comum».

(CONTINUA NA 4.ª PAGINA)

PESCAS DA SARDINHA E DO ARRASTO

O sr. ministro da Marinha determinou que seja antecipado para 15 do corrente o período do defeso da pesca da sardinha nas zonas Centro e Norte.

O organismo oficial respectivo autorizou um armador algarvio a exercer a pesca do arrasto. A unidade que a praticará deslocará mais de cem toneladas e vai ser construída de ferro, num estaleiro do Norte.



Um grupo de «roulottes» estrangeiros que estacionou, o ano passado, num campo de jogos do nosso País

VÊM AÍ OS CAMPISTAS DE TODA A EUROPA

e se a Comissão de Turismo quer realmente contribuir para o prestígio da nossa região, e até do bom nome do País não tem um momento a perder

JÁ mostrámos ou tentámos mostrar, visto que começamos a descrever do nosso poder de convencimento, que é absolutamente necessário, sem perda de tempo, meter mãos à obra na preparação do parque de campismo. Já

fizemos saber que estamos às ordens para, dentro das nossas modestas possibilidades, remover qualquer possível embaraço burocrático. E, apesar disto, não nos chegou ainda a notícia tranquilizadora e animadora de que tivessem começado as obras do parque, que, podemos garantir, sem receio de larga margem de erro, será um dos melhores do País, graças aos prediados naturais que valorizam a nossa região — o mar, a praia, a luz, a mata recendente dos perfumes vegetais que tonificam os débeis e cujo sussurrar suave e colorido verde infundem calma aos nervos triturados por esta civilização de «vespas», «volkswagens» e outras calamidades

HOMENAGEM à Imprensa algarvia

A Direcção da Casa do Algarve deliberou que o seu primeiro almoço de confraternização a realizar no corrente ano seja dedicado à Imprensa algarvia, com homenagem especial aos escritores e jornalistas srs. Julião Quintinha, dr. Mário Lyster Franco e José Barão, sócios beneméritos da colectividade, em reconhecimento dos relevantes serviços prestados pelos mesmos à Província.

As inscrições para este almoço encontram-se já abertas na Casa do Algarve — Rua Capelo, 5-2.º — telefone 23240 — e são extensivas a todos os algarvios e amigos do Algarve.

SUGESTÕES PARA O FOMENTO DO TURISMO NO ALGARVE

— Tema de uma brilhante conferência de José Raul da Graça Mira

A CASA do Algarve comemorou o 26.º aniversário da sua fundação e 126.º do nascimento de João de Deus, seu patrono, com uma brilhante sessão solene, que foi presidida por uma das netas do autor do «Campo de Flores», sr.ª D. Maria Lúcia Ramos Lopes da Silva, como representante da família do poeta e da Associação dos Jardins-Escolas João de Deus, e em que foram oradores, além do presidente da direcção da colectividade, sr. major Mateus Moreno, o nosso camarada na Imprensa, sr. dr. Garcia Domingues, presidente da respectiva Comissão Cultural, e o sr. José Raul da Graça Mira, vice-presidente da sua Comissão de Turismo e Propaganda.

parelhas — quer mecânicas, quer humanas — que amarfanham o sistema nervoso e contribuem para que as casas de loucos sejam cada vez mais pequenas para a sua desgraçada clientela.

O campismo, o isolamento, a vida convívica com a Natureza, longe de ruídos, de formalismos, dos venenos dos tubos de escape destes milhares de máquinas que apodrecem o ar que diariamente aqui res-

(CONCLUÍ NA 3.ª PAGINA)

VERBAS e subsídios

PARA A NOSSA DOCA DE PESCA

Para as obras de construção e equipamento da doca de pesca de Vila Real de Santo António, que importarão em 18.000 contos, foi concedido, por portaria do sr. ministro das Obras Públicas, através do Fundo de Desemprego, um subsídio de 9.000 contos à Junta Autónoma dos Portos de Sotaventos do Algarve.

Pelo mesmo membro do Governo, por idêntico Fundo e para o mesmo fim, foi também concedido àquela Junta o subsídio reembolsável de 4.800 contos.

Eng. SEBASTIÃO RAMIREZ

Acompanhado de sua esposa, regressou a Lisboa o nosso prezado amigo e ilustre conterrâneo, deputado pelo Algarve, sr. eng. Sebastião Ramirez, que passou as férias da Páscoa na Quinta de Cima, em Cascais.

(CONCLUÍ NA 3.ª PAGINA)



O sr. ministro das Obras Públicas recebendo os cumprimentos dos altos funcionários do seu Ministério

PERFIL DE MULHER

CATARINA

Por JOSÉ DOS SANTOS MARQUES

NÃO era feia, nem bonita, a Catarina. Garrida, traquina, cheia de vida, de uma vida que a tornava diferente. Sim, diferente! Este é o nome exacto: não era feia, nem bonita, era ela própria, um ser aparte, sem paralelo. Um ar gaiato, um sorriso trocista nos lábios e a maldade estampada nos seus grandes e profundos olhos castanhos, que largas sobranceiras e compridas e reviradas pestanas, negras e fartas, realçavam,

Bem feita de corpo, harmoniosa e bem proporcionada de pernas. A cabeça negra, revolta, cortada curta, encaracolada, emoldurava-lhe o rosto comprido e moreno.

Todavia, o que mais se distinguia nela, o que verdadeiramente mais interessava, não era o seu aspecto físico que, apesar dos atractivos que a distinguiam e das promessas que sugeria, se poderia qualificar de vulgar, pois muitas outras

(CONCLUÍ NA 2.ª PAGINA)

Notícias PESSOAIS

Partidas e Chegadas

Vindo de Setúbal, onde reside, encontra-se nesta vila acompanhado de sua esposa o nosso estimado amigo e distinto colaborador sr. cap. António Gonçalves.

Vindo da Base Aérea do Montijo, encontra-se nesta vila em casa de seus pais o nosso prezado amigo sr. Manuel Viegas Pinheiro, filho do nosso prezado amigo e assinante sr. António Pinheiro Junior.

Vindo de Lisboa, encontra-se nesta vila de visita a sua família o nosso prezado assinante sr. Natércio dos Reis Faustino.

Tem o seu aniversário natalício, completando trinta anos de idade no próximo dia 9 do corrente a esposa do nosso assinante sr. Francisco Dias Afonso, residente em Faro.

Encontra-se nesta vila o nosso prezado assinante sr. Carlos Martins Pereira, Policia de Segurança Publica.

Regressou de Lisboa, onde esteve de visita a sua família a sr.ª D. Alice Martins da Graça.

Tivemos o prazer de cumprimentar nesta vila o sr. Sérgio Filipe Marques Batista que se encontra a prestar serviço Militar em Tancos, filho do nosso prezado assinante sr. Filipe Marques Belião.

Com sua esposa esteve nesta vila, de visita a sua família o sr. eng. José de Brito Folque, residente em Lisboa.

Com seus pais, passou as férias da Páscoa na Praia de Monte Gordo, o sr. Dr. José Dionísio de Almeida, professor do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.

Partiu para Lisboa, acompanhado de sua esposa e filho, o nosso prezado amigo e assinante sr. António dos Anjos Ruivo, presidente da Direcção do Lusitano F. C.

Regressou à Capital o nosso estimado amigo rev. Padre dr. Sesinando Oliveira Rosa.

De visita a sua família, encontra-se nesta vila o nosso prezado assinante sr. Jaime dos Reis Mauricio, residente em Ponta da Piedade, Lagos.

Encontra-se em Lisboa, em casa de seus avós, a menina Anabela Aletxo da Luz, filha do nosso assinante sr. António Pedro da Luz.

Nascimento

Em Lisboa, deu à luz uma criança do sexo feminino a sr.ª D. Maria Ana Bicker da Costa Moreira, esposa do sr. dr. José Arsénio Moreira, médico em Monchique, e filha do nosso prezado amigo e assinante em Portimão, sr. capitão João Josino da Costa.

Os nossos cumprimentos de felicitações.

Casamento

Na Igreja Paroquial desta vila, realizou-se no passado dia 5 do corrente, o casamento da sr.ª D. Guilhermina Madeira Horta, filha da sr.ª D. Carolina Rosa e do sr. Domingos Madeira, com o sr. Manuel da Assunção Tomaz, filho da sr.ª D. Florinda Maria da Assunção e do sr. António Tomaz.

Apadrinharam o acto por parte da noiva, a sr.ª D. Maria Guilhermina Madeira e o sr. Joaquim Madeira Horta, e por parte do noivo a sr.ª D. Rita da Assunção Tomaz e o sr. José António da Assunção.

Doente

Tem estado incomodada de saúde a sr.ª D. Francisca Pereira Domingues, esposa do nosso prezado amigo e assinante sr. Norberto Bento Domingues.

Fazemos votos de pronto restabelecimento.

« GRALHAS »

Escreve-nos o nosso prezado amigo e distinto colaborador, sr. Marcos Algarve, a «enxotar» uma gralha que se introduziu, «a Sorrelha», no seu artigo «O nosso pão», publicado no nosso número anterior.

Assim, onde se lê: «Organizou-se uma excursão para ir a Lisboa...» — escreveu o autor: «Organizou-se uma comissão...»

E Marcos Algarve, a quem pedimos desculpa por esta gralha excursionista, acrescenta, espirotuosamente, que a febre das excursões veio mais tarde...

PERFIL DE MULHER

(CONCLUSÃO DA 1.ª PÁGINA)

mulheres tinham encantos semelhantes. Os seus pensamentos, as suas maneiras de reagir, as suas manhas e incredulidade é que mereciam estudo atento.

No fundo, bem lá no fundo do seu consciente, ela julgava-se mais esperta do que era na realidade, pois era muito mais ingénua e emotiva do que ela própria poderia supor. Somente a incultura não permitiria o seu desabrochar, que alcançasse uma posição na vida, que muitas outras mulheres, em condições semelhantes e com menores atractivos, logravam obter.

Residia aqui, precisamente, a sua falta de tacto e morria neste mesmo ponto uma esperteza desejada, mas já jamais alcançada.

Não namorou, nem casou, embora tivesse várias oportunidades. E porquê? Talvez por parecer sempre o que não era. Talvez por não conseguir afastar de si o aspecto menos favorável da sua presença. Talvez por não saber salvar as aparências.

No entanto, ela era uma companheira admirável com quem agradava conviver. A sua presença irrequieta, viva, jovial, era sempre estimada na visita a quaisquer lugares onde a natureza colocasse uma paisagem agreste, dominadora, que nos fizesse sentir toda a nossa liliputianez perante tamanha grandeza. Era neste ambiente o seu lugar, era lá que sentíamos, verdadeiramente, toda a paixão e efervescência que Catarina nos poderia despertar.

Poderiam os homens, na sua animalidade ancestral, buscá-la, pensando encontrar presa fácil. Tudo nela o denotava. Tudo parecia indicá-lo. No entanto, ela negava-se sempre e só pudicamente se entregava a quem amava.

Era bem estranha a Catarina. E tão difícil de explicar. Por vezes, tão perto da grandeza de alma que redime, como logo afastada para o extremo oposto. Tão depressa anjo, como demónio. Tão breve encantadora, como aborrecida. Cada vez que surgia no nosso caminho havia sempre nela uma nova faceta, havia sempre algo a descobrir, e o que muitas vezes nos parecia nela indiferença não raro se tornava em interesse plenamente vivido. Era como se fosse feita uma viagem longa e morosa através de um país desconhecido, era o desbobinar curioso de um filme raro.

Levava uma vida de trabalho. Quase não tinha que vestir. Em casa, era um inferno, ninguém lhe franqueava os braços num abraço amigo, nem as bocas se

abriam para pronunciarem compreensivas palavras de ternura. Só ameaças e maus tratos. Escorraçada, ela reagia qual leão ferida. Não era, certamente, o meio mais inteligente de obter simpatia — nem ela a buscava, francamente.

Pouco, muito pouco, mesmo, a contentaria. Não ambicionava nem julgava merecer uma posição na vida. Entregava-se de corpo e alma ao seu meio — baixo, de miséria. Nunca teve quem lhe incutisse no espírito ambições de senhora, embora de senhora modesta. Ela pensava que seria sempre mulher, mulher da rua, simplesmente. Custava admitir que pudesse existir no nosso tempo uma rapariga sem ambições, sem pretensões a senhora. E pena verificá-lo, embora tenhamos que venerar uma simplicidade tamanha, ou talvez revoltarmos-nos contra um ser com tão pouca compreensão da vida e de quanto poderia avultar nela.

Não poderíamos, porém, ter simpatia ou compaixão por ela, porque esse não é o sentimento que nos inspira, mas, antes pelo contrário, procuraríamos hostilizá-la, confraternizar com a sua falta de educação e conseguir os favores que estivesse disposta a facultar-nos.

Como poderá ser fácil estudar um carácter tão antagónico e que procurava tão contraditórias reacções?

Pobre Catarina. Rapariga que nunca foi senhora, que quis, desesperadamente, amar alguém e a quem jamais se teve amor.

José dos Santos Marques



Agradecimento

Catalina Ribeiro Barboza e Barboza

Suas filhas e netos, sua nora e genro, agradecem reconhecidamente a todas as pessoas que lhes manifestaram o seu pesar.

EXCELSIOR

As melhores tintas para navios de pesca e comércio

TINTAS PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL

Depositário nesta Vila:
MANUEL DA SILVA DOMINGUES

Avenida da República
— Telefone 12 —

PROVINCIA

TAVIRA

Sociedade Columbófila Tavirense
No Concurso de Abrantes, os resultados foram os seguintes: Média do vencedor — 601.56 metros / minuto.

(Fracá média, devida ao mau tempo). 1.º António José de Barros; 2.º, Arnaldo António Vicente; 3.º, dr. Eduardo Mansinho; 4.º e 6.º, Firmino Cabaco; 5.º e 9.º, Júlio Viegas Fernandes; 7.º e 8.º, Ivo Venâncio Pereira; 10.º José Joaquim Faleiro.

Balancete do 1.º Espectáculo das Crianças das Escolas

Foi publicado o balancete da primeira récita infantil efectuada no Teatro local. Receita: Esc. 3.512\$80. Despesa: Esc. 510\$00. Saldo entregue à Direcção da Cantina Escolar: Esc. 3.002\$80. Iniciações destas são sempre bem recebidas quando existe a preocupação de arranjar receita para fins beneficentes.

Licenças de Comércio e Indústria

Ao abrigo de uma nova Lei, a Câmara Municipal de Tavira mandou avisar os seus contribuintes de que se encontra à cobrança, durante o mês de Abril, esta licença. Desta vez a referida licença foi exageradamente lançada, o que causou geral descontentamento no Comércio, que se vê a braços com grande crise de vendas há cerca de 6 meses, com os resultados bem patentes dos temporais, neve, etc.

Contribuintes há que foram aumentados, do ano passado para este ano, em mais 200, 300, 500 e mais escudos, o que não está certo para quem se debate com dificuldades. A quem superintende tais serviços pedimos providências, a fim de atenuar tal deliberação. — C.

ODELEITE

Páscoa

Parecendo ainda receosa, a Primavera fez, no Domingo 1.º de Abril, a sua primeira apresentação sofrível, o que nos agradou grandemente. Cantando aleluias foi efectuada a Visita Pascal pelo nosso pároco, reverendo P.º Silvério F. da Silva, que lançou a sua bênção em todos os lares aonde levou o conforto moral e espiritual tão necessário nos tempos irrequietos que correm.

Na nobre missão de evangelizar, S. Rev.º não se poupa a esforços para fazer nesta freguesia obras que a dignifiquem e nos uma num sentido único de fé.

Recebido com agrado pelos seus paroquianos, o nosso sacerdote mostra-se satisfeitosimo pela forma como os odeleitenses sabem corresponder galhardamente aos seus esforços.

Na noite de sábado, 31, foi celebrada missa. Confessaram-se e comungaram algumas senhoras das mais distintas nesta aldeia.

Antiguidades

Foi encontrada nesta igreja uma campainha metálica, que tem marcado em algarismos árabes a era de 1073 encimada por um B maiúsculo. A meio tem, em relevo, uma esfinge e uns distintivos desconhecidos, e nas abas, a espaços regulares, pequenas saliências.

Diz-nos o rev. padre Silvério que de bom grado a submete à apreciação dos entendidos na matéria.

Notícias Pessoais

A passar a Páscoa com suas famílias, encontram-se em Odeleite o nosso prezado amigo sr. eng. Manuel S. D. Palma e a gentil menina Maria G. Rodrigues.

Telefone?...

Pede-nos insistentemente o sr. Delegado Escolar deste concelho, com residência nesta aldeia, que

nos façamos eco da enorme e imprescindível falta que nos faz o telefone.

De facto, parece não fazer sentido que fosse autorizada a montagem da linha para Azinhal e Odeleite, e esta última localidade espere e desespere sem saber os motivos, que obstem à sua realização.

O nome de Odeleite está no mapa, e é mesmo uma das maiores freguesias do concelho.

Apelamos para quem de direito, e esperamos, confiados.—C.

CONTA GOTAS

(CONCLUSÃO DA 1.ª PÁGINA)

O pão

cava-se no mar

«Respira-se em toda a vida um ar de esperança... — canta, festivamente, o jornalista que amo. Acabou-se o defeso. Barcos calafetados aparelhados varam com olhos quietos o mar da sua proa. Os homens estão alegres nos cafés barulhentos e no cais. O pão também se cava no mar. Acabou-se o defeso. Amanhã já sardinha azul e verde reflectirá o sol para a casa do pobre. Acabou-se o defeso. Acabou-se o fiado na loja. Acabou-se a voz tímida: «Assente aí na minha conta...» Acabou-se o meio pão com dois tostões de figos. Acabou-se o império da noite para poupar petróleo. Acabou-se a angústia dos olhos maternais que o pesadelo assombra. Acabou-se.

O pão também se cava no mar. Boa sorte, amigos!

Maria Manuela Nunes

Agradecimento

A viuva e filhos de Augusto Faustino, na impossibilidade de poder fazê-lo pessoalmente, por insuficiência de endereço, vem por este meio agradecer a todas as pessoas que lhes manifestaram o seu pesar, e bem assim às que o acompanharam à sua última morada.

PENTEBADOS MODERNOS

NAS NOVAS LINHAS EM PERMANENTES A FRIO, MORNAS E QUENTES

DESFRISA CABELOS ENCRAPINHADOS

TINTAS, CORTES, MISES, etc.

Executa pela técnica mais actualizada o

CABELEIREIRO ETELBERTO

ARTE — CONFORTO — PERFEIÇÃO

SALÃO LAUREA

Rua D. Pedro V, 5-1.º — VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Clínica de Santo António

(CASA DE SAÚDE E REPOUSO)

sob a Direcção Clínica do

Dr. Albano de Lencastre

Rua Guilherme Gomes Fernandes

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

SÓ MILHOS HÍBRIDOS SELECTAL:

- 1 — Os Híbridos Selectal obtiveram o 1.º LUGAR no conjunto dos ENSAIOS OFICIAIS
- 2 — Selectal tem a COLECCÃO MAIS RICA em Portugal (DoKalb, Kingscross, Wisconsin, Indiana, etc.)
- 3 — Nova lista de preços Selectal com PREÇOS OS MAIS BAIXOS EM PORTUGAL

ANÁLISES DE TERRA GRATUITAS

Experiência técnica de 10 anos em Portugal

Os objectivos dos BONS AGRICULTORES é aumentar as produções baseando a sua ESCOLHA NA QUALIDADE:

SELECTAL

Telefone 670844 — Rua da Boa-Vista, 180-2.º — LISBOA

AGENDA

MOVIMENTO DA LOTA de Vila Real de Santo António

De 6 a 7 de Abril:	
TRAINEIRAS	
Leste	39.310\$00
Pérola do Guadiana	5.420\$00
Tozé	970\$00
Total	45.700\$00

Movimento de Navios no Porto de Vila Real de Santo António

De 30 de Março a 5 de Abril:

Entrados:

PENERF, Francês, de 1.384 ton., com folha de flandres, de Nantes.

Saídos:

ZÉ MANEL e COSTEIRO, Portugueses, ambos para Lisboa, com minério.

PENERF, Francês, com carga em trânsito, para Casablanca.

FARMÁCIA DE SERVIÇO

Está de serviço permanente, de 31 de Março a 6 de Abril, a Farmácia CARMO, Rua S. João de Brito, Telefone 31.

QUEM PERDEU?

Encontra-se depositado no Posto da Policia de Segurança Pública, desta vila, um véu de senhora, que será entregue a quem provar pertencer-lhe.

Falecimento

Faleceu em Lisboa, no Hospital de S. José, no dia 31 do mês findo, o menino Fernando Martins Tenório, de seis anos de idade, natural do Barreiro, filho da sr.ª D. Olga Martins Tenório e do sr. Manuel Tenório, nosso prezado conterrâneo e assinante, residente no Barreiro.

A família enlutada, o «Notícias do Algarve», apresenta sentidas condolências.

«OS NOSSOS FILHOS»

Recebemos o número de Fevereiro da Revista «Os Nossos Filhos», com um sumário variado e cheio de interesse, do qual destacamos: O correio dos pais, Puericultura, Aprendendo a falar, Como prestar socorros de urgência, A gramática no país das formigas, Cartas de um professor, O casamento e seus problemas, Como obter êxito na educação dos filhos, Oicamos as crianças, Portugal visto pelas suas crianças, e ainda: novelas, páginas de anedotas, receitas práticas e de culinária, páginas de bordados, de rendas, de malhas, de figurinos, etc.

A todas as mães recomendamos a leitura desta Revista, que tanto poderá ajudá-las a criar e educar os seus filhos.

Em FARO, adquira o «Notícias do Algarve», na Livraria Campinas, Rua de Santo António, 67.

VÊM AÍ OS CAMPISTAS DE TODA A EUROPA

(CONCLUSÃO DA 1.ª PAGINA)

piramos, é nem mais nem menos, que um protesto e uma defesa contra os malefícios da civilização mecânica. O seu incremento, o do «camping», assume proporções que nos espanta não tenham sido ainda reconhecidas em certas regiões privilegiadas para a sua prática. É porque assim é e porque se espera este ano uma nova vaga de campistas de toda a Europa, aqui estamos a apelar mais uma vez para a nossa Comissão de Turismo e para as nossas autoridades a fim de que, sem demora, removendo dificuldades burocráticas que não podem sobrepôr-se, nem decerto o desejam, ao prestígio do País, metam mãos à obra, ordenando já o arranjo do parque de campismo e concomitantemente fazendo do mesmo propaganda, quer por meio de cartazes afixados nas principais cidades do País, quer recorrendo a prospectos artisticamente apresentados e distribuídos por todas as agências de viagens do País e do estrangeiro e das Casas de Portugal lá fora. Mas isto é para já! Que não recaia sobre nós a feia e anti-patriótica responsabilidade de não oferecermos um pedaço lindo da nossa terra à curiosidade e ao disprate desses milhares de turistas que, de calções e camisa aberta, se preparam para descer dos seus países a este lindo País do qual nós partilhámos um dos recantos mais belos do mundo. Pois onde se encontra em Portugal uma zona de campo e mar como esta para haurir da Natureza todos os encantos e benefícios que ela generosamente concedeu aqui, numa dádiva de prodigalidade rara a que devia corresponder um culto de ritual quase helénico?!

Eu conservo na retina quando, menino, por ali andava solitário à beira do mar, esses fulgores de luz poente sem contornos, sem nuvens, sem pormenor físico que os engrandecesse e que no seu agónico sofrer luminoso, calmo, quase humilde, debruando de ouro velho a orla verde do pinhal, assumiam a meus olhos a majestade serena e divina de um mundo fantástico de maravilha. E criança então, eu via deuses ou fantasmas saírem das águas do mar, retouçarem nas areias e internarem-se na frondosidade verde, quando já a cortina crepuscular se desenrugava lá muito ao longe, no fim do mar e confiava às estrelas ou a alguma réstea de luar a luminosidade tibia que os deuses imaginários precisavam para os seus festivos rituais pagãos.

Eu não exijo que os meus amigos e senhores da Comissão de Turismo sincronizem os seus arrebatamentos de sonho — se os têm — e de beleza com os meus. O que lhes peço, o que lhes pedimos, é que propiciem aos amantes da Natureza o acolhimento próprio e decente que lhes podemos dar, com utilidade para eles e com lucro e prestígio para nós.

E como, repetimos, o nosso poder de convencimento vai caindo em descrédito público, pediremos auxílio a esse esforçado propagandista dos encantos do nosso País, Daniel Constant que, acerca do campismo, lançou no nosso prestigioso colega «O Primeiro de Janeiro» um apelo, do qual

recallamos o brado que recolhemos a transcrever:

Vamos de novo verificar, na próxima época, a série de dificuldades com que os campistas se vão debater para se instalarem em qualquer ponto do País. Com insuficientes acomodações hoteleiras para alojar todos os nossos visitantes, poderíamos, até certo ponto, compensar isso pela instalação, em locais apropriados, dos numerosos turistas estrangeiros que transitam pelas nossas estradas com equipamento de campismo.

Não se pode impedir essa nova modalidade do turismo e, por isso mesmo, tudo se deve fazer para a facilitar em Portugal. Vimos, o ano passado, em muitos pontos do nosso País, turistas estrangeiros acampados em locais impróprios e em precárias condições. Valeram-lhes, em diversos casos, sobretudo quando se tratava de «roulottes», alguns recintos desportivos, mas é evidente, conforme averiguámos, que nem se sentiram à vontade nem as instalações eram suficientes e apropriadas para atender aos visitantes e aos «da casa».

Esses campistas eram alvo da curiosidade e, daí, não terem um momento de tranquilidade. Apenas como recurso de emergência se pode admitir o seu estacionamento em tais recintos.

Portanto, torna-se imperiosa a conveniente acomodação desses estrangeiros, para corresponder à preferência com que nos distinguem e não nos sentirmos inferiorizados perante eles e perante numerosos países onde tudo se tem feito para proporcionar comodidade e dar estímulo aos praticantes da vida ao ar livre.

O nosso País reúne, para isso, condições excepcionais, mas não podemos nem devemos confiar inteiramente à Natureza a solução dos problemas da instalação campista. É preciso que a mão do homem opere, criando-se assim os parques de campismo nas regiões e sítios mais indicados, o que, tanto sob o aspecto económico como sob o de instalação, não é difícil.

Clima, diversidade de paisagem e de acidentes, facilidades de meios de comunicação e as qualidades prestimosas do povo português, são atributos valiosíssimos para nos considerarmos, se alguma coisa fizermos para isso, o «país ideal do campismo». Isto mesmo pode constituir um dos nossos melhores «slogans» e cartazes de turismo.

Tão simples se nos afigura a solução deste caso!

O que importa, em turismo, é encarar, logicamente, os seus problemas, por um aspecto objectivo, prático, e não estudá-los nem resolvê-los em bases rígidas de formalismos burocráticos, impeditivos de rápida acção e simplicidade de processos.

Atentem os meios oficiais neste assunto dos parques de campismo em Portugal, visto o incremento que vem sendo dado à prática da vida ao ar livre pelos turistas estrangeiros, isto se não se quiser considerar as necessidades dos campistas nacionais.

Não devemos ser indiferentes a um tal movimento turístico, tanto mais que, como anteriormente dissemos, não estamos apetrechados com o número de estabelecimentos hoteleiros capazes de albergar convenientemente todos os nossos visitantes.

Das medidas a tomar, muito beneficiarão os campistas portugueses que até hoje têm lutado com tantas dificuldades.

CASAS

Vendem-se, duas, na Rua Cândido dos Reis, n.º 23 e 138.

Dirigir a Drogaria Pena — Vila Real de Santo António.



PORTO RAINHA SANTA

ATÉ OS ANJOS BEBEM!...

RODRIGUES PINHO & C.ª

Vila Nova de Gaia

EMÍDIO LIMA & FILHOS, L. DA O LUSITANO

CELEBRA O SEU 40.º ANIVERSÁRIO

Para os devidos e legais efeitos se publica que, por escritura de 2 de Abril de 1956, lavrada nas notas do Cartório Notarial do concelho de Vila Real de Santo António, foi constituída, entre o dr. Emídio Júlio Coelho de Lima, António Emídio Passos de Lima e Emídio Júlio Passos de Lima, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que será regida pelas cláusulas e condições constantes dos artigos seguintes:

1.º — A sociedade adopta a firma «Emídio Lima & Filhos, Lda.», tem a sua sede e escritório nesta Vila Real de Santo António, a sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir de hoje, sendo os seus anos sociais os civis.

2.º — O seu objecto é o exercício da indústria da pesca, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo em que os sócios acordem e para que não seja necessário autorização especial.

3.º — O capital social, inteiramente realizado, é de 400.000\$00, em dinheiro e corresponde à soma das quotas dos sócios, que são as seguintes: dr. Emídio Júlio Coelho de Lima, 200.000\$00, António Emídio Passos de Lima, 100.000\$00, e Emídio Júlio Passos de Lima, 100.000\$00.

4.º — Não serão exigíveis prestações suplementares do capital, mas qualquer dos sócios poderá fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer, mediante condições que entre si convençionarem.

5.º — A cessão total ou parcial de quotas é livremente consentida entre sócios, ficando dependente de autorização da sociedade a cessão a estranhos, a qual só poderá ser feita quando a sociedade não quiser ou não puder fazer a sua aquisição e nenhum dos sócios, individualmente, a pretender.

6.º — Quando qualquer sócio desejar ceder a sua quota ou parte dela a pessoa estranha à sociedade, comunicará este facto a todos os restantes sócios individualmente, mas por meio de carta registada com aviso de recepção, e se nenhum deles quiser usar do direito de preferência, que fica reservado, ou não responderem, pela mesma via, dentro do prazo de quinze dias, fará idêntica comunicação à sociedade, igualmente por carta registada com aviso de recepção, e só depois da sociedade não querer ou poder adquirir a quota oferecida ou parte dela, ou ainda não responder pela mesma via dentro do prazo, também de quinze dias, poderá, então, fazer a cessão pretendida a estranhos.

7.º — O valor da quota para o efeito da liquidação pelos sócios em primeiro lugar, ou pela sociedade em segundo, é o seu valor nominal acrescido da correspondente parte no fundo de reserva sem qualquer maior valia ou acréscimo.

8.º — O pagamento será feito no prazo de 30 dias depois de declarada a opção.

9.º — É expressamente proibida a cessão ou alienação total ou parcial, por qualquer forma, de quota a

estrangeiros ou a sociedades dirigidas ou administradas por estrangeiros, ainda que estas sejam nacionais quanto à sua constituição e sede.

10.º — As quotas sociais nunca poderão estar sob a dependência ou orientação de estrangeiros ou de sociedades dirigidas ou administradas por estrangeiros, embora estas, pela sua constituição e sede, sejam nacionais, sob a pena das mesmas quotas passarem para a posse do Estado.

11.º — Se, por sucessão legítima ou testamentária, alguma quota ou parte dela, ficar pertencendo a estrangeiros, terão estes de alienar a cidadão ou cidadãos portugueses, dentro de seis meses contados da data em que tenham entrado na sua posse efectiva.

12.º — A administração da sociedade e a sua gerência, dispensada de caução e sem remuneração, será exercida pelos três sócios, podendo por isso qualquer deles indistintamente usar da firma social e representar a sociedade, em juízo e fora dele, activa e passivamente, em todos os actos que a mesma respeitem.

13.º — O uso da firma social fica rigorosamente limitado aos negócios e assuntos sociais e expressamente proibido em fianças, abonações, letras de favor ou quaisquer contratos de responsabilidade alheia, respondendo o contraventor individualmente pelas obrigações que assim tiver assumido.

14.º — Os gerentes da sociedade poderão delegar todos ou partes dos poderes que lhe são conferidos, em pessoa estranha à sociedade, conferindo-lhe os respectivos mandatos ou procurações, mas só depois de obtido o prévio acordo dos outros sócios quanto à pessoa a quem se pretende conceder essa delegação, acordo que constará de uma acta.

15.º — A administração, gerência e direcção da sociedade só poderá ser exercida por portugueses ou como tal naturalizados.

16.º — A gerência responderá pelo exacto cumprimento das disposições do artigo 15.º e seus §§ do Decreto n.º 15.860, de 9 de Abril de 1928.

17.º — A sociedade, por intermédio da sua gerência, fica com direito de verificar as condições de nacionalidade de qualquer sócio, sempre que o julgue necessário ou conveniente, sendo os sócios obrigados a facultar essa verificação.

18.º — A sociedade não poderá, em caso algum, transferir a sua sede para fora do Território Português; e a exploração que é seu objecto nunca poderá ser orientada em prejuízo da economia geral ou local ou detrimento da soberania Portuguesa em qualquer parte do Território do Continente, Ilhas Adjacentes ou Províncias Ultramarinas Portuguesas.

19.º — A sociedade fica, em todos os casos, submetida à legislação em vigor e sujeita a dar cumprimento a todas as requisições e ordens, por motivo de política interna ou externa, emanadas das Autoridades competentes, e, em caso de guerra, as suas embarcações ficam

à ordem do Governo Português.

20.º — Anualmente e com a data de 31 de Dezembro será dado um balanço aos haveres sociais, o qual deverá estar concluído dentro dos 90 dias subsequentes, e os lucros líquidos apurados, depois de deduzidos cinco por cento para fundo de reserva legal e as quantias necessárias para amortizações que se julguem convenientes, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, o mesmo sucedendo quanto aos prejuízos se os houver.

21.º — As assembleias gerais, quando devam reunir, e a lei não prescreva outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de cinco dias, indicando sempre o assunto a deliberar.

22.º — Ocorrendo a morte ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade subsistirá com os sobreviventes e os representantes do falecido ou incapaz, que, enquanto a quota estiver indivisa, escolherão entre si um que os represente a todos na sociedade.

23.º — A amortização de quotas só é permitida nos seguintes casos: a) quando a quota do sócio falecido não for adjudicada à sua viúva ou aos seus filhos; e b) quando a quota seja penhorada, arrestada ou por qualquer outro modo envolvida em processo judicial.

24.º — A amortização considera-se efectivada pela outorga da respectiva escritura e registo na competente Conservatória do Registo Comercial e o pagamento limita-se ao valor nominal da quota acrescido da parte correspondente no fundo de reserva e será feito em quatro prestações que não vencem juros, a primeira das quais terá vencimento 90 dias depois de ter ocorrido qualquer dos factos que lhe deu origem e as restantes semestralmente, a contar do primeiro pagamento.

25.º — A sociedade é obrigada a aceitar letras pelo valor das três últimas prestações, se os interessados lho exigirem.

26.º — A sociedade dissolve-se nos casos expressamente indicados na lei.

27.º — No caso de dissolução por acordo, serão liquidatários todos os sócios, procedendo à partilha conforme entenderem e for legal.

28.º — Em tudo o omissio regularão as disposições da Lei de 11 de Abril de 1901 e mais legislação aplicável.

Vila Real de Santo António, 2 de Abril de 1956.

O ajudante do Cartório,
Manuel Clemente

ATELIER DE COSTURA DE FERNANDA ALVES

Faz saber às Ex.ªs sr.ªs de Vila Real de Santo António que acaba de inaugurar o seu atelier de costura, na Rua de S. João de Brito, n.º 71.

Assinala e propaga "Notícias do Algarve"

É o seguinte o programa das comemorações do 40.º aniversário do Lusitano F. C.:

— Torneio de «Ping-Pong» (Ténis de mesa) inter-clubes locais, iniciado na noite de 5 do corrente, cuja continuação se efectua nas noites de todos os dias úteis, até 13 do corrente, disputando-se a taça «Luiz Félix da Silva».

As duas equipas melhor classificadas defrontarão, em novo torneio a realizar no dia 14, as valiosas equipas de honra do «Sport Lisboa e Benfica» e «Sporting Club de Portugal», que gentilmente acederam a colaborar no 40.º aniversário do «Lusitano».

No dia 15, dia do aniversário do Clube, o programa das festas constará do seguinte: A's 10 horas — Concentração, na sede, de todos os clubes locais, com os respectivos estandartes, que percorrerão algumas ruas da vila.

A's 11 horas — Homenagem dos clubes locais, que formarão defronte da sede, para assistirem ao hastear da bandeira do Lusitano pelo sócio número um, com a presença de um grupo dos mais antigos sócios, dos antigos jogadores que restam entre os que pela primeira vez ganharam o campeonato do Algarve, e a jovem equipa actual.

A's 15,30 horas — No campo «Francisco Gomes Socorro», largada de 1.000 pombos correios, seguindo-se, às 16 horas, um encontro de futebol entre a equipa de honra e uma equipa da 2.ª divisão.

A noite, grandioso baile no salão de festas do clube e distribuição de taças e medalhas às equipas melhor classificadas nos torneios de «ping-pong», seguindo-se um «porto de honra» a todos os atletas que participaram nas provas desportivas.

SUGESTÕES PARA O FOMENTO DO TURISMO NO ALGARVE

(CONCLUSÃO DA 1.ª PAGINA)

Mira, subordinada ao tema «Sugestões para o fomento do turismo no Algarve».

Começou o orador por descrever as condições e preocupações a que deve obedecer todo o país que pretenda fazer turismo e passando ao caso concreto do Algarve, ficou especialmente os pormenores que se prendem com as estradas e sua sinalização; indicações a prestar aos turistas que preferam o caminho de ferro; localidades algarvias em que devem ser instalados novos hotéis e pensões; necessidade de construção da já prometida Pousada de Sagres; conveniente preparação do pessoal hoteleiro; características arquitectónicas locais a que deverão obedecer as edificações; aproveitamento dos motivos folclóricos; circuitos turísticos a estabelecer na época das amendoeiras em flor, na Primavera e no Verão, etc.

De harmonia com as sugestões apresentadas, disse: «Seriam, ao todo, necessários, desde já, 13 hotéis maiores, estes com capacidade para 180 hóspedes e aqueles com uma lotação global de 400.» E acrescentou: «Se juntarmos a capacidade das duas pousadas e dos hotéis de Faro, Vila Real de Santo António e Praia da Rocha e das pensões dessas e outras cidades e vilas, poderemos imaginar a possibilidade de alojamento diário de cerca de 800 turistas, número bastante condizente com a área da província e com o tipo de turismo ali aconselhado.»

O sr. Graça Mira finalizou o seu admirável trabalho por um caloroso hino à terra algarvia. Constituiu a segunda parte da sessão a exibição dos filmes «O Telegrama» e «Algarve d'Aquém e d'Além-Mar».

VENDE-SE

Uma casa, com 6 divisões e quintal, na Rua Jacinto José d'Andrade, 40.

Informa João Miguel Ferreira — Rua Oliveira Martins, 39 — Nesta vila.

REPISAR

HÁ necessidades que merecem que se desfraldem bandeiras largas para a sua sinalização.

Nunca é demais repisar, quando um assunto merece que se fale nele muitas vezes.

E' o caso dos pobres inválidos. Melhor dito: é o caso dos inválidos pobres.

Sempre que os vejo no meu caminho, o que há de fraterno em mim salta à frente do olhar. E de que maneira! Até parece que me acusa de compartilhar nessa culposa manutenção! Como se eu também tivesse contribuído para tamanha tristeza!

Conheço homens-rastejantes. E uma mulher-rastejante, também. E um rapazioto. Que mais será preciso para que bem compreenda a razão do protesto soltado pelo que há de fraterno em mim?

Oxalá que haja. A ideia é de todos os que se apercebem da necessidade de se elevarem à categoria de humanos os pobres seres-homens rastejantes...

Para bem deles, principalmente; mas, também, para nossa dignificação como homens-humanos!...

ANTERO DO QUENTAL

NAO é tarefa ao alcance de qualquer pessoa, esta de se falar acerca do grande sonetista português que foi Antero do Quental. Para tal empresa, necessitam-se de uma preparação intelectual apurada, uma percepção das coisas psicológicas em grau razoável, uma capacidade de interpretação grande e uma cultura elevada.

Pois o sr. dr. Carlos Picoito falou, há dias, sobre o «grande Antero», na Sociedade Orfeónica, Amadores de Música e Teatro, de Tavira. E fê-lo com brilhantismo, merecendo a quente salva de palmas com que foi mimoseado pela assistência.

Intercalados na palestra, foram ditos diversos sonetos anteriores por um grupo de senhoras e senhores declamadores tavirenses, com agrado geral.

Fala-se que estas conferências culturais terão continuidade na cidade Sociedade. A próxima, segundo se diz, será proferida pelo sr. dr. Joaquim Magalhães, ilustre professor do Liceu de Faro.

Uma pergunta indiscreta força a passagem... Assoma-se à janela, e desabafa:

—Porque se não toma igual iniciativa nesta vila fronteiriça, com algumas tradições culturais? Estou certo de que bastava querer...

Especialmente se tal iniciativa partisse das pessoas capacitadas da necessidade da elevação cultural do povo desta terra pomballina... Das pessoas capacitadas de tal necessidade e, também, com possibilidades de fazerem vingar tão elevada e digna iniciativa!

S. FRANCISCO

COM espanto geral das muitas centenas de pessoas que diariamente embarcam e desembarcam no apeadeiro de S. Francisco, foi encerrado o mesmo, como «compensação» da abertura de Portas do Mar.

Ninguém é contra a abertura deste último apeadeiro. O que quase toda a gente está de acordo é que o de S. Francisco devia continuar a servir as inúmeras pessoas que diariamente tinham necessidade de dele se utilizarem. Será alguém beneficiado com tal encerramento? Cremos que não... Será alguém prejudicado com tal encerramento? Sabemos que sim. Temos a certeza de que centenas e centenas de pessoas o são.

Deve meditar nisto quem pode e manda nestas coisas da C. P. Nunca é tarde para se reparar um erro, quando se reconheça que o erro foi praticado!

TRABALHO E PERSISTÊNCIA

O NOSSO ilustre conterrâneo Joaquim Rebocho, que teve o prazer de abraçar em Faro, contou-me que está a terminar o curso de Arquitectura. Isto não seria de admirar, visto ser um curso como qualquer outro, ao alcance de toda a gente que sinta propensão para tal arte.

O admirável, o que é de espantar, é o facto dele estar adentro da casa dos 40, há anos, e só nestes últimos 4 anos se ter lançado à conquista de tal curso! Isto representa uma dose imensa de querer persistente; tal qualidade leva sempre a todas as conquistas! Joaquim Rebocho, pintor de arte

LEITURA

SECÇÃO DE LITERATURA E CRÍTICA Orientada por N. RODRIGUES PENA

A LIBERDADE O CENTENÁRIO de Henri Heine NA ARTE

SE existem questões fúteis e superfúas, a discussão à volta da «arte pela arte» ou arte social bem se pode considerar como uma dessas questões bizantinas.

A simples razão dum artista elaborar a sua obra longe dos murmúrios ou das contendas que se travam e sopram pelo mundo, não invalida que essa obra não exerça influência no meio da sociedade. Da mesma forma que qualquer produtor, nas condições presentes da sociedade não pode viver senão em comum com outros homens, a vida do artista, como é óbvio, cinge-se às mesmas leis, consciente ou inconscientemente, de bom ou mau grado, tem que actuar adentro dessas leis.

À ansia da liberdade artística reclamada por determinados artistas não passa muitas vezes de um equívoco. Todos nós sabemos, ou devíamos saber, quantas concepções se encontram implícitas nesse conceito tão lato de liberdade, e tantas vezes reduzido a uma expressão tão vazia de sentido. Os apologistas da arte pela arte erguem como bandeira essa liberdade sem limites, essa independência que supõem não comprometida por quaisquer razões alheias à arte.

Erro tremendo, esse, quando se sabe perfeitamente que não existe ninguém no mundo que esteja isento de sujeições. E seria fátuo enumerar essas limitações, tantas são elas, bastando a observação quotidiana para avaliarmos a diversidade de ideias e sentimentos que se encontram na sociedade.

Velada ou abertamente, nós vamos encontrar essas influências em todas as obras de arte, mesmo naquelas que, por um falso pudor ou por estratégia, se recusam a integrar-se na arte de intenções sociais. E se indagarmos dos motivos que levam alguns artistas a apresentarem-se como puros cultores da arte, verificaremos sem grande esforço que as suas justificações ocultam desígnios que também não é difícil descortinar. Numa palavra: todos fazem arte social; simplesmente, uns pretendem ocultar as suas intenções, enquanto outros, muito acertadamente, não vêem motivos para as ocultar.

Uns, certamente, verificam que a vida segue um curso diferente do que desejavam e, portanto, acham-se interessados em escamotear a realidade; os outros, porque, caminhando na senda do futuro, não têm a preocupação de esconder o seu programa e nada têm, pois, a ocultar. É frequente ouvir-se: «Fulano não é artista, pode ser tudo, sociólogo, economista, mas não o posso considerar artista.» Frases semelhantes estão fazendo uma brilhante carreira em certos meios. E essas afirmações partem de pessoas que se vangloriam de possuir grandes conhecimentos da história da arte e da literatura. Eis a situação paradoxal a que se chegou. Mas não é muito fácil passar uma esponja sobre os séculos passados, não se pode ignorar todo um longo período de milhares de anos para, afinal, se conseguir validar uma tese que os factos negam completamente.

Se um poeta não descreve as belezas tradicionais dos campos, se se compraz em descrições pictóricas da vida campestre, nos fala dos encantos da lareira, dos simples costumes duma aldeia primitiva, da luz da candeia iluminando pardieiros, dos homens que se levantam com as estrelas e se deitam ao crepúsculo, passando o dia a arrotear o campo com instrumentos anacrónicos, ninguém, nenhum desses apologistas da «arte pela arte» ousa ver nessas descrições uma concepção social da vida dos campos, uma defesa de certas tradições—enfim, todos se recusam a ver nessas composições poéticas quaisquer vestígios de influências sociais. Essa

muito admirado, lançou-se mais além da sua arte, na conquista de nova arte. E conseguiu triunfar! Admirável de tenacidade e compreensão artística, ele dá um grande exemplo de quanto pode o querer consciente!

A. Vicente Campinas

poesia passará como pura, poesia inofensiva, produto meramente lúdico. Mas, se um outro poeta, analisando a mesma realidade, nos fala do anacronismo desses hábitos, e a sua sensibilidade não vibra nem se exalta com tão belos costumes, não tarda aí que se levante um clamor de censuras e impropérios—recusando-lhe até a categoria de poeta. E, no fim de contas, cada um desses poetas pratica a poesia a seu modo, e em cada um deles se encontram bem marcadas as influências sociais.

Ora, o problema da liberdade na arte—e, quando falamos em liberdade, não esqueçamos a época em que vive o artista, nem os instrumentos técnicos de que se serve, nem todo o arsenal ideológico que forma a sua consciência—só se pode estabelecer em correlação com todos esses factores. Para Hegel a liberdade consistia na compreensão da necessidade. Assim, todo o conceito de liberdade perde toda a objectividade quando se ignoram ou esquecem os determinismos que comandam a consciência individual. Por isso não parece errado reclamar na arte uma liberdade ilimitada como o pretendem os chamados artistas puros, quando todos sabemos que o artista, como qualquer homem comum, está indissolivelmente ligado à sua época, à herança cultural do passado, às limitações e prejuízos do seu grupo, ao jogo múltiplo e diverso que forma a psicologia social de cada fase histórica.

A fórmula de Upton Sinclair, apesar dos seus aparentes exageros, mantém-se válida. Toda a obra de arte é, na verdade, obra de propaganda, na medida em que se torna veículo de ideias, em que transmite um estilo de vida, uma concepção do cosmos e da sociedade. E os verdadeiros e grandes artistas nunca tiveram necessidade de esconder as suas intenções ou de formular dúvidas sobre semelhante problema; só em épocas de crise é que os homens trazem novamente à discussão um problema que não passa dum equívoco.

Júlio Martins

DA NECESSIDADE DA CRÍTICA

A ACTIVIDADE crítica, periódica, regular, em Portugal, não existe. As excepções são tão raras que não contrariam realmente a inexistência da crítica. Referimo-nos particularmente à crítica literária, pois só essa nos interessa, de momento. Há quem julgue que o nosso movimento cultural, por reduzido e irregular, não comporta uma actividade crítica constante. Se é certo que a produção literária, entre nós, é escassa, isso não implica a ausência de crítica. Criação literária e crítica condicionam-se; a crítica é, por assim dizer, o complemento imprescindível da produção artística. Toda a nossa grande imprensa inclui nas suas páginas secções de crítica, mas seríamos muito optimistas vendo aí manifestações autênticas e sérias do exercício crítico. Há que pugnar por uma crítica séria, honesta, feita com consciência e conhecimento. O crítico tem que ser, principalmente, um orientador do movimento cultural do País. Além de discernimento, de gosto apurado na apreciação das obras, exige-se-lhe cultura sólida (não confundir com falso eruditismo) e, mormente, exige-se-lhe esse conhecimento dos movimentos artísticos do nosso tempo. O conhecimento literário dos fenómenos que se encerram exclusivamente no domínio da literatura não chega para estabelecer um acertado critério do valor das obras literárias. Taine, no seu exercício de crítica, reclamava como factores essenciais o auxílio da psicologia e da história como instrumentos indispensáveis; mas hoje a crítica exige sólidos conhecimentos de sociologia e economia. A incompreensão manifestada por alguns críticos, na apreciação de certas obras, resulta do desconhecimento das condições que determinaram a produção dessas obras. Erros des-

PASSOU, há pouco, o primeiro centenário da morte do grande poeta alemão Henri Heine. Sofrendo na sua vida as incompreensões e as perseguições motivadas pela sua origem judaica, passadas dezenas de anos depois do seu falecimento, já no nosso tempo, o nazismo, em solicitação das mesmas ideias absurdas, proibiria no seu país a leitura dos seus livros.

Estranho este nacionalismo que elimina os grandes homens do seu património artístico; estranha esta maneira de manifestar o seu amor pela defesa da cultura, em flagrante discordância com o que blasonam e gritam! Espírito liberal, aberto às ideias generosas acompanhadas de perto os grandes movimentos de emancipação do seu século. O período mais fecundo da sua existência foi o de 1843-45, vivendo já em Paris, onde as suas obras repelam e acusam um ardor combativo e um vigor que se não encontram nos seus livros posteriores.

Mais tarde quando Henri Heine aceita a pensão dada por Luís Filipe, os antigos amigos abandonam-no e a sua obra sofre novas influências.

Das suas obras, destacamos: O canto dos tecelões, do poema Alemãnia.

Homem da sua época é solidário com os anseios dos povos, Heine soube cantar, nos seus versos, as aspirações da humanidade.

Amigos, quero compor para vós Uma nova canção, uma canção melhor! Desejamos, aqui sobre a terra Construir o nosso verdadeiro reino.

VENDEM - SE

2 engenhos para nora, em estado de novos, prontos a entregar.

Dirigir a Desidério Rosa - Vila Real de Santo António.

Júlio Martins

A SEGUNDA EXPEDIÇÃO A ÁFRICA

(CONCLUSÃO DA 1.ª PÁGINA)

era corrente os príncipes, fidalgos e soldados de toda a terra de Cristo escreverem ao rei e a D. Henrique pedindo-lhe um lugar nos seus navios das descobertas marítimas.

Todos os portugueses de renome, a começar pelos seus irmãos, tinham o maior desprezo pela empresa de D. Henrique, excepto a cunhada, D. Leonor, que antes de casar com D. Duarte, fora estrangeira...

D. Henrique combateu-lhe a ideia de procurar honra em países que a pediam a Portugal e falou-lhe numa expedição ao continente Africano. D. Pedro, duque de Coimbra, o maior admirador das façanhas de seu tio, Henrique IV de Inglaterra, combateu a lembrança do irmão, que de seu lado só encontrou a cunhada, que dominava inteiramente o marido. E uma expedição a Tânger, de 14.000 homens, foi determinada, contra a vontade do rei eloquente.

Porém, D. Henrique confiou nos outros, e foi enganado. Ao contar em África o número dos guerreiros, só encontrou 6.000, em vez dos 14.000 como fora combinado.

A esquadra largou do Restelo a 22 de Agosto de 1437. Antes de partir, os infantes ouviram missa com o rei, em Santa Catarina de Riba-Mar. A 27 de Agosto chegaram a Ceuta e logo se espalhou por toda a África a notícia da chegada dos príncipes portugueses, e um grande terror se apossou dos mouros, muitos dos quais mandaram pedir, a troco de avultados tributos, a paz com os infantes.

Apenas chegaram a Ceuta, passou D. Henrique revista às suas tropas e em oito de Setembro pôs-se a caminho, depois de ouvir missa. Safu logo o primeiro conde de Arraiolos, sobrinho do rei, com a guarda avançada e, após ele, as bagagens.

Numa sexta-feira, a 13 de Setembro de 1437, assentou o infante o seu arraial diante de Tânger, onde encontrou a gente de D. Fernando, que tinha ido por mar, visto o infante encontrar-se doente.

Formou-se então o acampamento, num deleitoso lugar, verdadeiro paraíso de jardins, de hortas e de pomares, como algumas vezes se descobrem cerca dos desertos.

Defendia Tânger Salat-ben-Salat, que já fora expulso de Ceuta por D. João I, e que, por isso mesmo, nutria o maior rancor pelos portugueses. Contra os 6.000 homens dos Infantes levantou-se a África em peso. Só dentro de Tânger se encontravam sete mil mouros bem armados, entre os quais se conservavam alguns besteiros de Granada.

Logo que assentaram o arraial, deram os portugueses um assalto, por constar que a cidade tinha as portas abertas. Foram repellidos, com alguns danos, tendo começado então a longa série de temeridades que assinalou este cerco.

No dia 20 de Setembro, deu-se o primeiro grande assalto regular. Comandavam os diferentes corpos assaltantes o infante D. Fernando, o conde de Arraiolos, Vasco Fernandes Coutinho, o arcebispo de Evora, D. Alvaro de Abreu, prelado militante da raça do bispo D. Soeiro, que tomou aos Mouros Alcácer do Sal, no tempo de D. Afonso II.

O infante D. Henrique reservava para si o ataque ao ponto mais importante, que era o castelo. O ataque dos portugueses dirigiu-se principalmente às portas, mas os mouros tinham-nas tapado com pedra e cal. Quando o infante D. Henrique deu a voz de retirar, tinham sido mortos vinte dos seus

comandantes que, por incipientes e ingénuas, muitas vezes anunciavam qualidades e vontade de acertar. Ninguém como nós reconhece a necessidade de o crítico possuir essa larga visão capaz de lhe possibilitar um critério acertado e justo do valor de cada obra.

Mas, quando verificamos no nosso pobre meio editorial obras que não apresentam os mais leves requisitos de consciência literária, não censuramos, efectivamente, as pessoas que firmam essas obras, mas lamentamos que, neste país, não exista uma crítica que saiba discernir o pastiche da verdadeira criação literária. Ao criador seria muito difícil exigir-se-lhe um espírito auto-crítico, mas ao crítico deve-se-lhe pedir um pouco mais de pundonor, um quase nada de consciência do seu mister, em suma: um pouco mais de dignidade que, quanto a nós, se impõe como principal atributo dos autênticos críticos.

Carlos de Sousa

sos, e quinhentos feridos, perda que era enorme para tão reduzido número.

Os mouros esperavam reforços, e no dia 3 de Outubro apareceram grande quantidade deles, parecendo querer dar combate. Logo os infantes formaram o seu exército, pondo-os em fuga, com enormes perdas.

Preparava-se D. Henrique para dar o terceiro assalto, quando ouviu dizer que se aproximavam todos os emires do Al-Maghareb, reis de Fez, de Marrocos, de Tânger, etc., capitaneando um exército que Rui de Pina assevera ultrapassara o número de sessenta mil homens de cavalo e setecentos mil de pé!

Talvez houvesse exagero do cronista, mas ainda que fossem dez vezes menos, não nos poderíamos bater vantajosamente com eles! De sítios, passaram a sítios, sofrendo duro reves—daí resultando que para que, as nossas tropas pudessem voltar à pátria, teríamos de entregar Ceuta, ficando o Infante D. Fernando em refém.

Este tristíssimo acontecimento abalou profundamente o espírito de D. Duarte. Reuniram-se cortes em Leiria, para se tratar do resgate de D. Fernando, mas a entrega de Ceuta aos mouros foi rejeitada, e o próprio D. Fernando declarou desajar antes morrer em poder deles do que arrastar na vida semelhante vergonha.

D. Duarte morreu meses depois, de remorsos, em Tomar, nos princípios de 1438, seguindo-se-lhe uma revolução das mais escandalosas que Portugal ainda tinha atravessado.

D. Pedro chamou a si o governo da nação, arrancando violentamente os filhos à rainha, D. Afonso V e D. Fernando. A mãe conseguiu fugir para Espanha, onde morreu.

O conflito durou até 1441, e só então D. Henrique prosseguiu nas descobertas, mandando armar um navio pequeno, que confiou a um seu guarda-roupa, de nome Antão Gonçalves, ainda muito jovem, o qual mandado ao Rio do Ouro, tomar azeite e peles de lobo marinho, prestou ao infante os mais relevantes serviços como navegador.

Sousa Nunes

O SR. MINISTRO das Obras Públicas

(CONCLUSÃO DA 1.ª PÁGINA)

O ministro, sr. eng. Eduardo de Arantes Oliveira, no seu agradecimento, afirmou: «Colocarei em primeiro lugar o penhorante carinho com que o sr. Presidente do Conselho continuou a acompanhar a nossa actividade, sempre pronto a conceder-nos a sua luminosa orientação, a esclarecer-nos com o seu conselho, a inspirar-nos com o seu exemplo e a estimular-nos com o interesse pelos nossos trabalhos. Desta circunstância, só por si, haveria sempre de resultar muito simplificada a tarefa do ministro. Acresce, porém, a magnífica colaboração que lhe foi prestada mais uma vez por todos os departamentos do Ministério, sem excepção. Graças à sua actuação exemplar pôde o Ministério das Obras Públicas, num novo ano de intensa actividade, reafirmar-se perante a Nação como máquina de excelente rendimento, perfeitamente apta a fazer face à tarefa de singular envergadura que lhe é pedida».

Prestou depois homenagem aos seus antecessores, ali representados pelo sr. eng. José Frederico Ulrich, acrescentando—em dada altura—«Abranjo necessariamente neste sentimento de gratidão os srs. governadores civis e presidentes das Camaras Municipais, permitindo-me realçar o inextinguível zelo e entusiasmo com que sempre secundaram a tarefa do Ministério das Obras Públicas, identificando-se com ele no esforço comum para o progresso do nosso País. Com todos estes prestimosos colaboradores tivemos o privilégio de estreitar ainda mais os laços de uma verdadeira amizade, que transcende já o ambiente das relações de serviço e certamente irão perdurar para além delas. O balanço dos resultados de mais um ano de exaustivo trabalho dar-nos-ia seguramente alguns motivos de humano regozijo. A tarefa que temos diante de nós não permite, porém, que nos detenhamos na sua contemplação».

E, já a concluir, fez esta afirmação de um salutar e, portanto, louvável optimismo: «A verdade é que não encaro esta data como final de uma etapa vencida, mas antes como o começo de uma nova etapa que nos pede recrudescimento de esforços e dedicações».

Visado pela Comissão de Censura